## MARINHA DO BRASIL DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA / CP-T/2016)

NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE MATERIAL EXTRA

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

- 1) De acordo com a NORMAM-08/DPC, o representante legal das embarcações oriundas de porto estrangeiro deverá comunicar a previsão de chegada ao porto ou terminal aquaviário nacional, ao órgão de despacho da jurisdição, por meio da notificação de previsão de chegada. Assinale a opção que apresenta a correta relação entre a duração da viagem e a antecedência mínima para comunicação.
  - (A) Viagem igual ou superior a 96 horas: 48 horas de antecedência.
  - (B) Viagem inferior a 96 horas e maior ou igual a 24 horas: 30 horas de antecedência.
  - (C) Viagem inferior a 24 horas: 24 horas de antecedência.
  - (D) Viagem igual ou superior a 96 horas: 24 horas de antecedência.
  - (E) Viagem com duração inferior a 24 horas: 12 horas de antecedência.
- 2) De acordo com a NORMAM-02/DPC, correlacione as classes às mercadorias perigosas embaladas e assinale a opção correta.

CLASSES		MERCADORIAS
CLASSE 1	( )	Sólidos Inflamáveis
CLASSE 2	( )	Substâncias Oxidantes e Peróxidos Orgânicos
CLASSE 3	( )	Substâncias Corrosivas
CLASSE 4	( )	Substâncias Radioativas
CLASSE 5	( )	Gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão
CLASSE 6	( )	Substâncias e Materiais Perigosos Diversos
CLASSE 7	( )	Explosivos
CLASSE 8	( )	Substâncias Tóxicas ou Infectantes
CLASSE 9	( )	Líquidos Inflamáveis
(A) 3 - 7 -	4 -	- 9 - 1 - 5 - 8 - 2 - 6
(B) 6 - 9 -	5 -	- 1 - 6 - 7 - 2 - 4 - 3
(C) $7 - 1 -$	3 -	8 - 5 - 4 - 9 - 2 - 6
(D) 4 - 5 -	8 -	- 7 - 2 - 9 - 1 - 6 - 3
(E) 1 - 3 -	6 -	- 2 - 8 - 5 - 9 - 4 - 7

- Onforme descrito na NORMAM-20/DPC, toda embarcação nacional ou estrangeira que utiliza água como lastro deve possuir um plano de gerenciamento da água de lastro com o propósito de fornecer procedimentos seguros e eficazes para esse fim. Esse plano deve ser incluído na documentação operacional da embarcação, devendo, ainda, ser específico para cada embarcação e conter os seguintes itens, EXCETO:
  - (A) procedimentos detalhados de segurança para a embarcação e tripulação associados ao gerenciamento da água de lastro.
  - (B) descrição detalhada das ações a serem empreendidas para implementar o gerenciamento da água de lastro.
  - (C) indicar os pontos onde a coleta de amostras da água de lastro, representativas do lastro que a embarcação traz, seja possível.
  - (D) ser escrito sempre em inglês.
  - (E) oficial a bordo responsável por assegurar que o plano seja corretamente implementado.
- 4) De acordo com o Código Internacional de Gerenciamento para a Operação Segura de Navios e para a Prevenção da Poluição (ISM), assinale a opção que assegura que a Companhia atende aos requisitos para o gerenciamento de segurança.
  - (A) Certificado Provisório de Gerenciamento de Segurança.
  - (B) Documento de Conformidade.
  - (C) Certificado de Homologação.
  - (D) Declaração de Conformidade.
  - (E) Certificado de Autorização de Afretamento.
- 5) Terá precedência para instauração do IAFN a Capitania (CP) ou Delegacia (DL):
  - (A) em cuja jurisdição tiver ocorrido o acidente ou fato da navegação.
  - (B) que for determinado pelo Distrito Naval da jurisdição.
  - (C) que for designada pelo COMCONTRAM.
  - (D) do último porto de escala da embarcação.
  - (E) que receber a informação ou denúncia que motivou a instauração do IAFN.

- 6) Com relação ao credenciamento de entidades para ministrarem cursos do Ensino Profissional Marítimo, assinale a opção correta.
  - (A) Nas cidades do Rio de Janeiro e Belém, os órgãos de execução vinculados serão a Capitania dos Portos do Rio de Janeiro e a Capitania dos Portos de Belém, respectivamente.
  - (B) Cabe aos órgãos de apoio, com apoio da DPC, efetuar a pesquisa de entidades qualificadas para participarem do processo de credenciamento.
  - (C) Durante todo o processo, até o término dos cursos, as entidades ficarão vinculadas a um órgão central, que será o responsável pela fiscalização do estabelecido nas normas da Autoridade Marítima.
  - (D) O bom desempenho do processo dependerá somente da capacidade logística e administrativa em apoio ao curso.
  - (E) Um dos pontos considerados para eventual desempate entre instituições é a certificação pela ABNT NBR ISO 9001:2008.

- 7) De acordo com a NORMAM-01/DPC, assinale a opção correta, com relação às embarcações empregadas na navegação de mar aberto.
  - (A) O CTS (Cartão de Tripulação de Segurança) terá validade por prazo de 10 anos, sujeito à manutenção das condições de segurança observadas por ocasião da emissão do Laudo Pericial, devendo ser reavaliado sempre que ocorrerem alterações/reclassificações que afetem as condições de segurança.
  - (B) O pessoal que embarcará nas plataformas fixas, móveis, FPSO, FSU e Navios-sonda, de categoria C é pessoal embarcado regularmente, e que não exerce função com responsabilidade no salvamento de outras embarcações.
  - (C) As plataformas fixas, quando rebocadas, são consideradas embarcações, entretanto não estão sujeitas a inscrição e/ou registro.
  - (D) Os pedidos de inscrição e ou registro da embarcação deverão ser efetuados, de acordo com o previsto na lei 7.652/88, alterada pela lei 9774/98, no prazo de até 30(trinta) dias contados da data do termo de entrega pelo construtor, quando construída no Brasil.
  - (E) O Título de Inscrição de Embarcação (TIE) deverá ser emitido pelo Sistema de Gerenciamento de Embarcações (SISGEMB), se não puder ser expedido de imediato ou, no máximo, no dia útil seguinte ao da solicitação da inscrição, o protocolo da Capitania, Delegacia ou Agência será o documento que habilitará a embarcação a trafegar, por 30 dias corridos, até o recebimento do TIE.
- 8) De acordo com a NORMAM-02/DPC, as embarcações empregadas no transporte de passageiros deverão dotar, adicionalmente, uma quantidade de coletes salva-vidas adequada para crianças (colete tamanho pequeno) de pelo menos
  - (A) 20% do total de passageiros.
  - (B) 15% do total de passageiros.
  - (C) 12% do total de passageiros.
  - (D) 10% do total de passageiros.
  - (E) 5% do total de passageiros.

- 9) De acordo com o preconizado na NORMAM-20/DPC, o Formulário sobre Água de Lastro, devidamente preenchido, deve ser encaminhado ao Agente da Autoridade Marítima da jurisdição do porto de destino pelos comandantes das embarcações ou seus agentes, após a atracação ou fundeio da embarcação, no prazo máximo de:
  - (A) 36 horas.
  - (B) 24 horas.
  - (C) 12 horas.
  - (D) 06 horas.
  - (E) 02 horas.
- 10) De acordo com a NORMAM- 03/DPC, que dispõe sobre as normas para amadores, embarcações de esporte e /ou recreio e para cadastramento e funcionamento das marinas, clubes e entidades desportivas náuticas, é correto afirmar que
  - (A) para construir uma embarcação com comprimento maior ou igual a 12 metros, é obrigatório obter uma licença de construção através Capitania dos Portos local.
  - (B) certificado de classe é o certificado atestando a conformidade da embarcação com as regras específicas constantes das Convenções Internacionais e Normas da Autoridade Marítima Brasileira.
  - (C) termo de compromisso é o documento formal necessário à inscrição da embarcação, por meio do qual o proprietário assume o compromisso legal de cumprir todas as normas de segurança previstas.
  - (D) navegação interior é aquela realizada em águas abrigadas, tais como lagos, lagoas, baías, rios e canais, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas que não apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações.
  - (E) alteração significa toda e qualquer modificação ou mudança de localização, substituição, retirada ou instalação a bordo de itens ou equipamentos que constem no memorial descritivo ou representados nos planos exigidos para a concessão da licença de construção.

- 11) Qual dos requisitos abaixo é necessário para o exercício das atividades de assistência e salvamento pelo interessado?
  - (A) Não ser necessariamente pessoa jurídica, podendo ser física, devidamente constituída.
  - (B) Dispor obrigatoriamente de empresas terceirizadas para as diversas fainas requeridas.
  - (C) ter sede administrativa fixa no país.
  - (D) ter autorização do Distrito Naval da jurisdição.
  - (E) Dispor dos necessários meios para execução de serviços, tais como, reboque, desencalhe, reflutuação, içamento de pesos, transferência de cargas líquidas, gasosas ou sólidas, eventualmente mergulho e outros que a situação exigir.
- 12) Conforme NORMAM-08/DPC, as embarcações nacionais e/ou estrangeiras consideradas fora de serviço deverão estar posicionadas em áreas de fundeio/atracação específicas para essas situações, estabelecidas em comum acordo entre a Autoridade Portuária e as Capitanias, Delegacias e Agências. São caracterizadas como fora de serviço embarcações nas seguintes condições, EXCETO:
  - (A) aguardando reparos.
  - (B) em prorrogação de contrato.
  - (C) abandonadas.
  - (D) sub-judice.
  - (E) em quarentena.

- 13) Conforme descrito na NORMAM-01/DPC, as embarcações empregadas em viagens em cujo transcurso seja provável o emprego de práticos deverão ser dotadas de dispositivos para embarque de prático. Com relação às regras e requisitos técnicos para embarque do prático, assinale a opção correta.
  - (A) Para receber o prático, a escada deverá ser lançada a barlavento
  - (B) Para que possa ter acesso ao navio, com segurança e comodidade, o prático não deverá subir menos do que 2 metros nem mais do que 8 metros.
  - (C) Quando a altura a ser escalada pelo Prático for superior a 9 metros, a subida a bordo, a partir da escada de prático, deve se efetuar com a ajuda da escada de portaló ou de qualquer outro meio igualmente seguro e cômodo.
  - (D) Em caso de necessidade, devem estar prontas para serem usadas duas boças solidamente amarradas à embarcação, tendo pelo menos 50 milímetros de circunferência, e um cabo de segurança.
  - (E) Se o navio estiver em movimento, o embarque ou desembarque do prático deve ser feito com o navio com marcha adiante e velocidade máxima de 8 a 10 nós.
- 14) De acordo com NORMAM-03/DPC, as entidades devidamente cadastradas e reconhecidas nas Capitanias, Delegacias e Agências aptas para a realização de cursos voltados para as categorias de Amadores são denominadas
  - (A) marinas.
  - (B) escolas náuticas.
  - (C) clubes náuticos.
  - (D) escoteiros do mar.
  - (E) federações de vela.
- 15) De acordo com a NORMAM-08/DPC, o SISTRAM é controlado
  - (A) pelo CNTM.
  - (B) pelo COMCONTRAM.
  - (C) pelo CONTRAM.
  - (D) pela DPC.
  - (E) pelo DN.

- 16) A quem compete decidir os recursos, em última instância administrativa, das decisões proferidas pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, de acordo com a NORMAM-10/DPC?
  - (A) Comandante de Operações Navais.
  - (B) Comandante da Marinha.
  - (C) Diretor-Geral de Navegação.
  - (D) Comandante de Distrito Naval.
  - (E) Diretor de Portos e Costas.
- 17) Conforme preconizado no capítulo V da NORMAM-03/DPC, está limitado a conduzir na Categoria de Arrais Amador
  - (A) os oficiais da Marinha do Brasil do Corpo de Fuzileiros Navais e do Corpo de Intendentes da Marinha.
  - (B) todos os militares da MB com graduação igual ou superior a Cabo, desde que sua especialidade contemple conhecimentos correlatos àqueles previstos no programa constantes do Anexo 5-A para habilitação nesta categoria.
  - (C) os servidores Públicos que concluíram com aproveitamento o Curso Especial para Condução e Embarcações de Estado no Serviço Público (ECSP).
  - (D) os aquaviários da seção de convés de nível 3 e acima, conforme discrimina a NORMAM-13/DPC.
  - (E) os servidores públicos que concluíram com aproveitamento o Curso Especial Avançado para a Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público na Navegação Costeira (EANC).

- 18) Segundo a NORMAM-11/DPC, que trata sobre as obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras, assinale a opção correta.
  - (A) Faixas ou áreas de preferência são estruturas de cultivo destinadas ao treinamento, capacitação e transferência de tecnologias em aquicultura.
  - (B) Os interessados em realizar pesquisa, lavra, garimpo ou extração de areia, devidamente autorizados pelo órgão competente, deverão prestar, formalmente, às Capitania, Delegacia ou Agência da jurisdição as seguintes informações: limites da área de pesquisa, lavra, garimpo ou extração de areia; período de operação, datas de início e término provável; comprimento do dispositivo e tipo da sinalização que será empregada para indicar a extremidade, se houver; e embarcações ou equipamentos utilizados, bem como suas características.
  - (C) O interessado na construção de pontes rodoviárias ou similares sobre águas, quando da elaboração do projeto, para estabelecimento do vão livre entre pilares e da altura livre, deverá atender ao seguinte parâmetro: quando estiver situada em rio, considerar os níveis das mais altas águas navegáveis quando conhecidos ou os níveis correspondentes aos das enchentes históricas dos últimos 30 (trinta anos). Esse cálculo deverá ser baseado em dados transpostos de séries hidrológicas existentes para o local ou de postos hidrométricos vizinhos.
  - (D) Para qualquer obra localizada em unidade de conservação, situada sob, sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), a Autoridade Marítima emitirá parecer no que concerne, aos aspectos relacionados ao ordenamento do espaço aquaviário e à segurança da navegação, eximindo o interessado de obrigações perante outros órgãos competentes, inclusive ambientais.
  - (E) Ao Diretor de Portos e Costas (DPC), como Representante da Autoridade Marítima para a Segurança do Tráfego Aquaviário, compete ordenar ou providenciar a demolição de obra ou benfeitoria e a recomposição do local, quando realizadas em desacordo com as normas estabelecidas pela Autoridade Marítima.

- 19) De acordo com a NORMAM-09/DPC, a Capitania, Delegacia ou Agência que receber solicitação de arribada justificada comunicará a alteração ao seguinte órgão:
  - (A) Ao COMCONTRAM.
  - (B) À DHN.
  - (C) Ao Ministério dos Transportes.
  - (D) À ANTAQ.
  - (E) Ao EMA.
- 20) De acordo com a NORMAM-07/DPC, no que diz respeito à responsabilidade Civil, é correto afirmar que o proprietário de um navio:
  - (A) dependendo da multa administrativa que couber, poderá também ser responsável pelos danos causados por poluição por óleo no território nacional, incluindo o mar territorial.
  - (B) independentemente da multa administrativa que couber, é criminalmente responsável pelos danos causados por poluição por óleo no território nacional, incluindo o mar territorial.
  - (C) dependendo da multa administrativa que couber, poderá também ser responsável civilmente pelos danos causados por poluição por óleo no território nacional.
  - (D) dependendo da multa administrativa que couber, poderá também ser responsável criminalmente pelos danos causados por poluição por óleo no território nacional.
  - (E) independentemente da multa administrativa que couber, é civilmente responsável pelos danos causados por poluição por óleo no território nacional, incluindo o mar territorial.
- 21) Conforme estabelece a NORMAM-02/DPC, estão dispensadas de inscrição as seguintes embarcações:
  - (A) dispositivos flutuantes, sem propulsão, destinados a serem rebocados, com até 10 m de comprimento.
  - (B) miúdas com propulsão a motor com potência superior a 60 HP.
  - (C) que transportem menos de 20 passageiros.
  - (D) com AB maior que 500.
  - (E) com AB maior que 100.

- 22) O código ISPS estabelece que um navio pode requerer uma Declaração de Proteção nos seguintes casos, com exceção de
  - (A) o navio estiver em um porto o qual não seja obrigado a ter e implementar um plano aprovado de proteção das instalações portuárias.
  - (B) houver um acordo entre Governos Contratantes por meio de uma Declaração de Proteção cobrindo certas viagens internacionais ou determinados navios engajados em tais viagens.
  - (C) o navio estiver executando atividades com um navio, o qual não seja obrigado a ter e implementar um plano aprovado de proteção do navio.
  - (D) o navio estiver operando em um nível de proteção mais baixo do que o nível de proteção da instalação portuária ou de outro navio com o qual esteja interagindo.
  - (E) houver uma ameaça de proteção ou um incidente de proteção envolvendo o navio ou a instalação portuária, conforme aplicável.
- 23) As embarcações serão apreendidas mediante lavratura do auto de apreensão, sempre que:
  - (A) forem conduzidas por pessoas habilitadas.
  - (B) forem registradas e/ou inscritas.
  - (C) a embarcação estrangeira estiver operando em águas sob jurisdição nacional, estando devidamente regularizada de acordo com o previsto na NORMAM-04/DPC.
  - (D) apresentar qualquer fato que represente perigo à salvaguarda da vida humana no mar e nas águas interiores, segurança da navegação e à poluição hídrica.
  - (E) forem conduzidas por maiores de idade.

- 24) De acordo com a NORMAM 03/DPC, os coletes de classe V são fabricados
  - (A) conforme requisitos previstos na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) e utilizados nas embarcações empregadas na navegação oceânica.
  - (B) com base nos requisitos previstos no SOLAS, abrandados para uso nas embarcações empregadas na navegação costeira.
  - (C) para emprego exclusivo em atividades esportivas tipo moto aquática, banana-boat, esqui aquático, windsurf, parasail, rafting, kitesurf, pesca esportiva, embarcações de médio porte (empregadas na navegação interior) e embarcações miúdas.
  - (D) para emprego, por longos períodos, por pessoas envolvidas em trabalhos realizados próximos à borda da embarcação ou suspensos por pranchas ou outros dispositivos, que corram risco de cair na água acidentalmente.
  - (E) para uso nas embarcações empregadas na navegação interior.
- 25) De acordo com a NORMAM-02/DPC, uma embarcação deverá possuir um Certificado de Responsabilidade Civil em Danos Causados Por Poluição Por Óleo, quando o transporte de óleo a granel for acima de
  - (A) 500 toneladas de óleo como carga.
  - (B) 1.000 toneladas de óleo como carga.
  - (C) 1.000 toneladas de óleo para consumo próprio.
  - (D) 2.000 toneladas de óleo como carga.
  - (E) 2.000 toneladas de óleo para consumo próprio.

- 26) A NORMAM-09/DPC se aplica a qualquer acidente ou fato da navegação envolvendo as seguintes situações:
  - (A) embarcações mercantes e de esporte e recreio de qualquer nacionalidade, em águas jurisdicionais estrangeiras.
  - (B) embarcações mercantes e de esporte e recreio estrangeiras em alto mar ou em águas estrangeiras.
  - (C) os aquaviários e amadores estrangeiros em águas estrangeiras.
  - (D) os aquaviários e amadores estrangeiros, em território ou águas jurisdicionais brasileiras.
  - (E) excepcionalmente pessoa jurídica envolvida com construção e reparo naval.
- 27) Segundo a NORMAM-10/DPC, com relação à obtenção de autorização para remoção ou demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos pertencentes à União, o interessado deverá apresentar as Capitanias, Delegacias ou Agências a seguinte documentação, EXCETO:
  - (A) memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma dos principais eventos. No caso de demolição, descrever se a demolição será parcial ou total.
  - (B) parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de unidades de conservação federal, estadual ou municipal, respectivamente.
  - (C) requerimento ao Comandante do Distrito Naval, com a informação da área de operação, solicitando a licença para remoção ou demolição do bem, fundamentado no artigo 4° da lei no 7.542/86.
  - (D) documentos que demonstrem experiência em atividade de remoção ou demolição de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras remoções ou demolições realizadas etc.
  - (E) relação dos meios disponíveis para os serviços, descrevendo todos os equipamentos com suas principais características.

- 28) Com relação à NORMAM-03/DPC, coloque V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmativas abaixo e assinale a seguir a opção correta.
  - (A) A idade mínima para prestação de exame para as categorias de veleiros é 12 (doze) anos, sob a responsabilidade do pai, tutor ou responsável legal.
  - (B) Os amadores habilitados antes de 02 Julho de 2012 não poderão solicitar a inclusão da categoria de Motonauta em suas Carteiras de Habilitação de Amador por concessão, mesmo que apresentem informações que comprovem sua capacidade na condução de moto aquática, como, por exemplo, o tempo de posse do equipamento.
  - (C) A Carteira de Habilitação de Amador tem validade em todo o território nacional, por um período de dez anos, a partir da data da emissão.
  - (D) O Capitão dos Portos, Delegado ou Agente poderá suspender ou apreender uma CHA, pelo prazo máximo de 120 dias, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, quando o Amador utilizar a embarcação de esporte e/ou recreio, em atividades comerciais, para transporte de passageiros ou carga.
  - (E) As Capitanias poderão autorizar os Clubes Náuticos a elaborar, aplicar e corrigir as provas para a habilitação dos seus associados e/ou dependentes nas categorias de Arrais-Amador, motonauta e veleiro, desde que atendidas a seguinte exigência: deverão ministrar aulas práticas aos seus alunos, com uma carga horária mínima de vinte horas para os alunos de veleiro, três horas para Arrais-Amador, e duas horas para motonauta.
  - (A) (V) (F) (V) (V) (F)
  - (B) (F) (V) (F) (V) (V)
  - (C) (V) (V) (F) (F) (V)
  - (D) (F) (F) (V) (V) (F)
  - (E) (F) (V) (V) (V) (F)

- 29) De acordo com a NORMAM-10/DPC, que trata sobre pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos, analise as afirmativas a seguir.
  - I Aos Comandantes dos Distritos Navais, compete autorizar a exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar que tenham passado ao domínio da União.
  - II Quando as coisas ou bens constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente, os Comandantes dos Distritos Navais poderão determinar, ao responsável pelas coisas ou bens submersos ou encalhados em águas sob jurisdição nacional, a remoção ou demolição destes, no todo ou em parte.
  - III- A pesquisa deverá ser executada no prazo fixado pelo DPC, conforme despacho exarado no requerimento, devendo ser elaborado, mensalmente, e entregue, até o 10° dia útil do mês subsequente, à Capitania, Delegacia ou Agência com jurisdição sobre a área pesquisada, um relatório sobre as atividades desenvolvidas.
  - IV As autorizações ou contratos para pesquisa, remoção, demolição ou exploração de coisas ou bens soçobrados ou encalhados estarão automaticamente cancelados sempre que não seja entregue, pelo terceiro mês consecutivo, o relatório mensal das atividades
  - V As coisas ou bens em águas sob jurisdição nacional achados em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais ficarão sob custódia da Capitania, Delegacia ou Agência.

## Assinale a opção correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas IV e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas II e V são verdadeiras.

Prova : Amarela Concurso : CP-T/2016

- 30) Considerando o que estabelece a NORMAM-11/DPC, assinale a opção que completa corretamente as lacunas das sentenças abaixo.
  - I Antes de iniciar o processo junto ao órgão ambiental competente para a obtenção da licença ambiental, o interessado solicitará um \_\_\_\_\_\_\_\_\_, para verificar se, a princípio, haverá comprometimento da segurança da navegação ou do ordenamento do espaço aquaviário.
  - II Após a obtenção da licença ambiental, o interessado solicitará autorização para início da atividade de dragagem, informando as datas previstas para seu início e término, e anexando ao requerimento uma cópia da licença ambiental. Essa solicitação deverá ser feita com antecedência mínima de \_\_\_\_\_\_\_ do início previsto da dragagem.
  - III- Dragagem de \_\_\_\_\_\_\_\_ é aquela executada para restabelecer total ou parcialmente as condições originalmente licenciadas.
  - IV A autorização para a execução das atividades de dragagem de implantação, de manutenção, de mineração e de recuperação ambiental será concedida pelo \_\_\_\_\_\_\_, após a obtenção, pelo interessado, do respectivo licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente.
  - V Até 30 dias após a conclusão da dragagem, deverá ser encaminhada à Capitania, Delegacia ou Agência uma cópia da \_\_\_\_\_\_ da área dragada (e da área de despejo, se for o caso), informando o volume efetivamente dragado.
  - (A) pedido preliminar de dragagem/15 dias úteis/manutenção/ Capitão dos Portos/folha de sondagem
  - (B) plano preliminar de dragagem/15 dias úteis/mineração/ Diretor de Portos e Costas/folha de sondagem
  - (C) pedido preliminar de dragagem/10 dias úteis/manutenção/ Diretor de Portos e Costas/folha de dragagem
  - (D) plano preliminar de dragagem/10 dias úteis/mineração/ Capitão dos Portos/folha de sondagem
  - (E) pedido preliminar de dragagem/15 dias úteis/mineração/ Capitão dos Portos/folha de dragagem

- 31) Assinale a opção INCORRETA com relação à NORMAM-13/DPC:
  - (A) A penalidade do aquaviário será lançada pela CP/DL/AG no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).
  - (B) Os crimes, contravenções ou delitos cometidos a bordo serão submetidos à autoridade marítima, no porto onde ocorreram ou no primeiro porto de escala.
  - (C) Ao Comandante, Patrão e Mestre das Embarcações, as penalidades são aplicadas pelo Capitão dos Portos.
  - (D) Nos portos onde não houver estiva disponível, ou nas situações em que ela é legalmente dispensada, a movimentação da carga será da responsabilidade da tripulação.
  - (E) Nenhum superior deve maltratar o subalterno ou a quem tenha de punir e, em caso de maus-tratos, o ofendido pode recorrer ao Capitão dos Portos.
- 32) De acordo com a NORMAM 07, a definição de perícia são todas as ações executadas por peritos. Peritos são os inspetores e vistoriadores navais. Sendo assim, marque a opção correta com relação aos tipos de perícias.
  - (A) Perícias de Fiscalização Vistorias Navais.
  - (B) Perícias de Verificação e Regularização Inspeções Navais.
  - (C) Perícias específicas Perícia para operação de embarcações estrangeiras em AJB.
  - (D) Perícias específicas Perícia para obtenção do Certificado de Autorização de Afretamento.
  - (E) Perícias específicas Perícia de laudo para constatação das condições de segurança.

- 33) De acordo com a NORMAM-04/DPC, marque verdadeiro (V) ou falso (F) nas afirmativas abaixo, com relação à operação de embarcações estrangeiras, assinalando a seguir a opção correta.
  - ( ) A finalidade da NORMAM-4, é estabelecer procedimentos administrativos para a operação de embarcações de bandeira estrangeira em Águas Jurisdicionais Brasileiras, inclusive as empregadas em esporte e/ou recreio.
  - ( ) Passagem inocente é a efetuada sem prejuízo à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado.
  - ( ) A operação em Águas Jurisdicionais Brasileiras de toda embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira, deverá ser prévia e formalmente autorizada pela autoridade marítima excetuando-se apenas aquelas destinadas exclusivamente à navegação de longo curso, que não sejam, por exemplo, empregadas no transporte de petróleo e seus derivados.
  - ( ) A passagem de embarcações estrangeiras pelo mar territorial deverá ser contínua e rápida. Compreende o parar e o fundear, apenas em incidentes comuns da navegação ou prestar auxílios a pessoas, navios ou aeronaves em perigo ou em dificuldade grave.
  - (A) (V) (F) (V) (V)
  - (B) (V) (F) (F) (V)
  - (C) (V) (F) (F) (F)
  - (D) (F) (V) (V) (V)
  - (E) (F) (V) (V) (F)

34) Correlacione os tipos de afastamento, de acordo com a NORMAM-12/DPC, às suas condições, e assinale a opção correta.

## TIPOS

- I Afastamento definitivo do Prático
- II- Afastamento temporário do Prático por um período igual ou inferior a 24 Meses

## CONDIÇÕES

- ( ) Perda definitiva da capacidade psicofísica.
- ( ) Deixar de cumprir o plano de manutenção da habilitação.
- ( ) Deixar de exercer a profissão por mais de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos na respectiva zona de praticagem, por qualquer motivo apresentado.
- ( ) Perda temporária da capacidade psicofísica.
- ( ) Por sentença tramitada passada em julgado pela justiça, ao cometer crime, cuja pena imposta seja superior a 2 (dois) anos.
- ( ) Por imposição de medida administrativa de apreensão de certificado de habilitação.
- ( ) Falecimento.
- (A) (I) (II) (II) (I) (I) (II)
- (B) (II) (I) (II) (II) (II) (I)
- (C) (I)(I)(II)(I)(I)(II)
- (D) (II) (II) (I) (I) (I) (I)
- (E) (I)(II)(I)(II)(I)(II)(I)
- 35) De acordo com o Código Internacional de Gerenciamento para a Operação Segura de Navios e para a Prevenção da Poluição, o funcionário com acesso direto ao mais alto nível de gerenciamento, que possui a atribuição de estabelecer a ligação entre as pessoas do navio e da Companhia é
  - (A) o Comandante do Navio.
  - (B) a Pessoa designada.
  - (C) o Chefe de Máquinas.
  - (D) o Oficial de Segurança do Navio.
  - (E) o Tripulante com maior tempo de embarque.

Prova : Amarela Concurso : CP-T/2016

- 36) De acordo com a NORMAM-12/DPC, com relação à prova práticooral para o processo seletivo de habilitação para praticante de prático, assinale a opção correta:
  - (A) Somente os candidatos aprovados na 1ª etapa do Processo Seletivo serão convocados para realizar a prova prático-oral .
  - (B) A prova prático-oral versará sobre os assuntos do conteúdo programático relacionados em todas as normas da Autoridade Marítima.
  - (C) O idioma a ser usado durante a realização da prova prático-oral será o inglês.
  - (D) A prova será realizada, preferencialmente em embarcação(ões) ou, em último caso, em instalações preparadas para tal fim .
  - (E) Será aprovado no processo seletivo o candidato que na prova escrita obtiver nota mínima de 40%.
- 37) De acordo com a NORMAM-04/DPC, quem realiza as inspeções de Port State Control?
  - (A) Inspetores das sociedades classificadoras devidamente qualificados e credenciados pela DPC.
  - (B) Inspetores navais, lotados nas Capitanias, devidamente qualificados e credenciados pela DPC.
  - (C) Inspetores das sociedades classificadoras devidamente qualificados e credenciados pelas Capitanias.
  - (D) Inspetores navais lotados nos DN devidamente qualificados e credenciados pela DPC.
  - (E) Inspetores navais devidamente qualificados e credenciados pelas Capitanias.
- 38) A quem cabe realizar os cursos do Ensino Profissional Marítimo?
  - (A) Órgão Central.
  - (B) Órgãos de Execução.
  - (C) Órgãos de Apoio.
  - (D) Entidades Extra-Marinha.
  - (E) Organizações Não-Governamentais.

- 39) De acordo com a NORMAM-01/DPC, o proprietário, armador ou seu preposto poderá solicitar revisão do cartão de tripulação de segurança, por meio de requerimento, em última instância, ao
  - (A) Capitão dos Portos.
  - (B) Diretor Geral de Navegação.
  - (C) Diretor de Portos e Costas.
  - (D) Comandante do Distrito Naval.
  - (E) Comandante de Operações Navais.

- 40) Assinale a opção correta de acordo com a NORMAM 07.
  - (A) As embarcações, equipamentos e atividades que interfiram na navegação, trafegando ou exercendo suas atividades nas proximidades de praias do litoral e dos lagos, das lagoas e dos rios, deverão respeitar os limites impostos para a navegação, de modo a resguardar a integridade física dos banhistas, estando sujeitas à fiscalização e autuação das equipes Estaduais e Municipais, como Grupamentos Marítimos de Bombeiros e Prefeitura Municipal local.
  - (B) As embarcações de aluguel (banana boat, plana sub etc), que operam nas imediações das praias e margens, deverão ter suas áreas de operação perfeitamente delimitadas, por meio de boias, pelos proprietários das embarcações, sendo essas áreas devidamente aprovadas pelas marinas e iates clubes. A atividade deverá ser autorizada pelas autoridades competentes sendo os seus limites então estabelecidos.
  - (C) Em princípio, a extremidade navegável das praias, ou outra área determinada pelo poder público competente, é o local destinado ao lançamento ou recolhimento de embarcações na água ou embarque e desembarque de pessoas ou material, devendo ser perfeitamente delimitada e indicada por sinalização aprovada pela Autoridade Marítima. O fundeio nessa área será permitido apenas pelo tempo mínimo necessário ao embarque ou desembarque de pessoal, material ou para as fainas de recolhimento ou lançamento da embarcação.
  - (D) Compete ao poder público federal e, especialmente, à Autoridade Portuária, através dos planos decorrentes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, estabelecer os diversos usos para os diferentes trechos de praias ou margens, demarcando as áreas, em terra, para jogos e banhistas, bem como, na água, as áreas de banhistas e de prática de esportes aquáticos e náuticos. Poderão, ainda, estabelecer, nessas imediações, áreas restritas ou proibidas à operação de equipamentos destinados ao entretenimento aquático, inclusive rebocados. O uso de pranchas de "surf" e "wind-surf" somente será permitido nas áreas especialmente estabelecidas para essa finalidade.
  - (E) Não é permitido o tráfego e fundeio de embarcações nas áreas consideradas de segurança, estando os seus condutores sujeitos à fiscalização e autuação das equipes de Inspeção, a menos de trezentos (300) metros das instalações militares.

- 41) Assinale a opção que é uma característica do serviço de assistência e salvamento de acordo com a NORMAM-16/DPC.
  - (A) Serviço remunerado
  - (B) É prestado exclusivamente, pela Marinha do Brasil.
  - (C) É conhecido pela sigla BSR
  - (D) Visa ao resgate de pessoas em perigo no mar.
  - (E) É regulamentado por documento específico do Estado-Maior da Armada.
- 42) De acordo com a NORMAM-11/DPC, após a análise do processo de obras em geral, o requerimento será despachado e devolvido ao interessado, com o parecer da Autoridade Marítima. Caso a obra tenha obtido parecer favorável, deverá ser apresentada em duas vias a planta
  - (A) construção.
  - (B) perímetro externo.
  - (C) localização.
  - (D) final de situação.
  - (E) perímetro interno.
- 43) Tendo em vista a NORMAM-04/DPC, assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

Todos os navios de bandeira \_\_\_\_\_ que demandem portos \_\_\_\_\_, estarão sujeitos ao controle de navios, pelo Estado do Porto, conhecido como *Port State Control*.

- (A) estrangeira/ nacionais.
- (B) brasileira/ internacionais.
- (C) brasileira e estrangeira/ nacionais.
- (D) brasileira/ nacionais.
- (E) brasileira e estrangeira/ internacionais.

Prova : Amarela Concurso : CP-T/2016

- 44) De acordo com a NORMAM-13/DPC, assinale a opção CORRETA com relação à concessão de licença de categoria superior:
  - (A) É uma autorização para o aquaviário exercer funções pertinentes a uma categoria, capacidade e regra da convenção STCW emendada, superior à de seu enquadramento, em uma embarcação específica, por um período indeterminado, que não poderá exceder 12 (doze) meses.
  - (B) Deverá ser solicitada pela empresa de navegação, por meio de correspondência oficial dirigida à Diretoria de Portos e Costas, apresentando declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior.
  - (C) Por período de 06 (seis) meses, só deverão ser concedidas para um aquaviário, em uma mesma categoria, até três licenças. Esgotado esse número de licenças, deverá ser respeitado o período de carência de seis meses para concessão de nova licença na mesma categoria.
  - navio, não deverá ser concedida, (D) Para um mesmo simultaneamente, uma por CTS, licença categoria/capacidade superior para cada seção (convés e máquinas). Os substitutos do Comandante e do Chefe de Máquinas, motivo de força maior, por respectivamente, o Imediato e o Subchefe de Máquinas, devendo sua substituição ser limitada ao menor período de tempo possível.
  - (E) Só deverá ser concedida, pelo Capitão dos Portos e pelo Delegado, em circunstâncias excepcionais e depois de esgotados todos os recursos para a substituição do tripulante.

- 45) Visando a garantir a segurança da navegação e a salvaguarda da vida humana no mar aberto e hidrovias interiores, por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio, a autoridade competente, conforme estabelecido na NORMAM-07/DPC, poderá aplicar, mediante procedimento administrativo, as seguintes medidas administrativas, EXCETO:
  - (A) embargo da obra.
  - (B) embargo de construção, reparo ou alteração das características de embarcação.
  - (C) cancelamento do certificado de habilitação.
  - (D) Apreensão, retirada do tráfego ou impedimento da saída de embarcação.
  - (E) embargo da atividade de mineração e de benfeitorias realizadas.
- 46) De acordo com a NORMAM-01 /DPC, estão dispensadas da atribuição de borda-livre, as embarcações que apresentem a seguinte característica.
  - (A) Comprimento de regra (L) inferior a 30 metros.
  - (B) Arqueação bruta menor ou igual a 100.
  - (C) Embarcação destinada exclusivamente a fins comerciais.
  - (D) Embarcações de pesca.
  - (E) Navio de guerra.
- Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo, de acordo com a NORMAM-01/DPC.

  Para efeitos de construção, alteração, reclassificação e regularização de embarcações, alteração significa toda e qualquer modificação ou mudança de localização, substituição, retirada ou instalação a bordo de quaisquer itens ou equipamentos que impliquem diferenças superiores a para o peso leve ou do LPP (comprimento entre perpendiculares) para a posição longitudinal do centro de gravidade da embarcação.
  - (A) 2% 1%
  - (B) 2% 0,5%
  - (C) 5% 0,5%
  - (D) 5% 1%
  - (E) 5% 1,5%

- 48) De acordo com a NORMAM-13/DPC, no que se refere à suspensão e cancelamento da inscrição, assinale a opção que apresenta a condição em que a inscrição será cancelada.
  - (A) O inscrito deixar de exercer sua profissão de aquaviário por mais de dez anos consecutivos.
  - (B) O aquaviário for aposentado por invalidez impeditiva de exercer a profissão.
  - (C) O aquaviário estiver inscrito em mais de uma CP/DL/AG.
  - (D) For verificada a existência de inscrição anterior para o mesmo aquaviário (duplicidade de inscrição).
  - (E) O aquaviário fizer uso de documento adulterado ou falsificado, ou prestar informação não verdadeira para fim de anotações na CIR, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente.

- 49) Conforme descrito na NORMAM 03/DPC, as embarcações estrangeiras de esporte e/ou recreio, em trânsito em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) ou em uso de ancoradouro em instalações portuárias, estão sujeitas à fiscalização prevista na legislação vigente, nas normas decorrentes e nas convenções internacionais promulgadas no Brasil e deverão cumprir procedimentos. Sobre o exposto, assinale a opção CORRETA.
  - (A) O tempo de permanência da embarcação em AJB será definido pelo órgão regional da Receita Federal.
  - (B) Apresentação pelo responsável pela embarcação ou por um representante da marina ou clube náutico visitado, à Capitania, Delegacia ou Agência, da Declaração de Entrada/Saída para realizar o respectivo visto, impreterivelmente, até 48 (quarenta e oito) horas após a entrada, anexando cópia dos vistos de liberação das Autoridades de Saúde dos Portos, Polícia Federal e Receita Federal e cópia da página identificadora do passaporte do proprietário e dos tripulantes.
  - (C) O Comandante da embarcação deverá estar preparado para receber a visita de um inspetor naval, dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, após a apresentação da Declaração de Entrada, para que seja efetuada a verificação do que foi declarado.
  - (D) Caso sejam necessárias outras movimentações após obtido o visto de entrada na Declaração de Entrada/Saída da embarcação, a Declaração de Entrada/Saída deverá ser reapresentada, com antecedência mínima de quarenta e oito(48) horas, à Capitania, Delegacia ou Agência em cuja jurisdição estiver, indicando no campo específico as alterações de movimentação pretendidas para ratificação e obtenção de novo visto.
  - (E) Os Formulários de Declaração de Entrada/Saída deverão ser arquivados, pelas Capitanias, Delegacias ou Agências, durante vinte e quatro meses, para eventuais necessidades das atividades SAR e demais controles federais.

- 50) De acordo com a NORMAM-02/DPC, com relação ao Certificado de Segurança da Navegação de uma embarcação, quando não forem realizadas as vistorias intermediárias no prazo especificado, o certificado anterior deverá ser cancelado, devendo ser realizada nova vistoria
  - (A) inicial, em seco e flutuando, e emitido novo certificado com a mesma validade do anterior.
  - (B) intermediária, em seco e flutuando, e emitido novo certificado com a mesma validade do anterior.
  - (C) inicial, em seco e flutuando, e emitido novo certificado com validade de cinco anos.
  - (D) intermediária, em seco e flutuando, e emitido novo certificado com validade de cinco anos.
  - (E) de renovação, em seco e flutuando, e emitido novo certificado com a mesma validade do anterior.